

Novo 'pacote' econômico só sairá na próxima semana

BRASILIA (O GLOBO) — O Presidente João Figueiredo receberá o conjunto de medidas proposto pelas autoridades econômicas do Governo somente na próxima semana, que é quando o Ministro do Planejamento, Delfim Netto, espera concluir os estudos que se realizam, em ritmo de urgência, nas áreas técnicas do Governo. Caberá ao Presidente da República a decisão final sobre as medidas a serem adotadas, mas, segundo foi possível apurar ontem, a equipe econômica do Governo ainda não chegou a consenso sobre a dosagem adequada do anúncio do pacote econômico.

O adiamento da decisão sobre as novas medidas econômicas foi comunicado ontem pelo Secretário-Geral do Ministério do Planejamento, Flávio Pécora, logo depois de participar de reunião com os Ministros Delfim Netto e Ernane Galvêas, e com o Presidente do Banco Central, Carlos Langoni, no Palácio do Planalto.

Entre as medidas examinadas na reunião estão a redução dos subsídios ao crédito rural e à importação de trigo e do petróleo, além das providências para expurgar do Índice Nacional de preços ao consumidor (INPC) o impacto previsto decorrente das correções de preços a serem adotada. Já houve expurgos, admitiu o Porta-Voz do Ministério do Planejamento, Gustavo Silveira.

POSIÇÃO DE LANGONI

O Presidente do Banco Central, Carlos Langoni, acrescentou às propostas analisadas a sugestão de que sejam eliminados os limites quantitativos de crédito nas operações dos bancos comerciais e de investimentos. A justificativa de Langoni é de que a limitação interna do crédito

perdeu sua eficácia como instrumento de estímulo à captação de recursos externos, através da Resolução 63, além de ter contribuído decisivamente para a elevação das taxas de juros internas.

A proposta do Presidente do Banco Central tem apoio em estudos técnicos realizados pela assessoria econômica do Ministério do Planejamento, sob a coordenação de Akihiro Ikeda. No documento elaborado sobre a questão, Ikeda conclui pela eliminação do limite quantitativo, apesar de todos os riscos que, de acordo com sua avaliação, a medida carregava.

O principal temor da assessoria econômica do Ministro Delfim é de que o crescimento dos empréstimos bancários, a partir da eliminação desse controle, supere o nível considerado tolerável — termo agravado pela própria incapacidade do Governo de avaliar adequadamente a reprimida demanda por recursos na economia brasileira. Segundo o documento preparado por Ikeda, esta avaliação é ainda dificultada pela ineficácia dos instrumentos de política monetária de que o Governo dispõe, já que os depósitos compulsórios estão perto do limite global e as operações de mercado aberto enfrentam um mercado saturado de papéis.

COMPLEMENTOS

A proposta de eliminação do limite quantitativo, assim, teria que ser complementada por outras providências de política econômica, indicadas no estudo da Seplan: 1 — Aperfeiçoamento do mecanismo de depósitos compulsórios, restituindo sua eficácia como instrumento de controle monetário, atualmente esvaziado pelas diversas formas de liberação de recursos para aplicação alternativa e pelo fato de que sua incidência se restringe, praticamente, aos depósitos à vista, que pouco re-

presentam dos recursos dos bancos; 2 — Controle efetivo sobre os gastos públicos, de forma a evitar a necessidade de colocação de títulos públicos e, progressivamente, tornar viável a restauração das operações de mercado aberto como instrumento do controle marginal de liquidez; 3 — Reavaliação do papel desempenhado pelas instituições financeiras, de modo a permitir melhor alocação de recursos em função das prioridades econômicas; 4 — Exame mais criterioso do papel desempenhado pelas instituições financeiras oficiais, no atendimento das prioridades econômicas; 5 — Revisão da conveniência de se preservar o quadro de dupla autoridade monetária, no sentido de impedir o financiamento dos gastos do Tesouro, pelas autoridades monetárias, via operações de crédito.

RISCO POLÍTICO

Todas essas medidas, decorrentes da eliminação do controle quantitativo, possibilitaria ao Governo um ganho político importante, como anota o estudo de Seplan. Evitaria que "o sistema financeiro continue usando esse argumento como justificativa para manter elevados os juros internos". Mas preocupa ao Governo que a medida aumente as dificuldades, já conhecidas para rolar dívida pública interna, em função do estreitamento do mercado cativo para colocação de papéis junto aos bancos.

Atualmente, os bancos comerciais não autorizados a operar em câmbio estão sujeitos a um limite de 18 por cento na expansão de suas operações ativas. Entre os bancos comerciais autorizados a operar em câmbio, o limite é de 14 por cento (para os pequenos) e 12 por cento (para os médios e grandes). No caso do banco de investimento, o limite é de 20 por cento. Esses tetos são válidos para este segundo trimestre do ano.